

Pelo direito de recontar-se: uma análise das narrativas orais de mulheres em situação de prisão

11

*For the right to recount it: an analysis of
oral narratives of women in prison*

Maria Aparecida de Barros*
Alexandra Santos Pinheiro**

Resumo: O silêncio e a invisibilidade são as palavras que melhor representam a história da mulher no decorrer de muitos séculos. Desde a antiguidade, as mulheres foram impedidas de falar, e até nos dias atuais, infelizmente, pouco se valoriza o discurso feminino. Em diversas sociedades, o direito a expressar-se é severamente combatido, punido com rigor. A essas mulheres, vilipendiadas em seus direitos, resta um único espaço: o da subalternidade. Nesse contexto de subalternidade, habitando o espaço prisional marginal, fazer uso da palavra e apropriar-se do direito à fala é um ato de coragem e de rebeldia. O presente artigo analisa o testemunho de uma mulher em situação de prisão que, até chegar ali, teve quase todos os seus direitos humanos profanados. A narrativa destaca suas experiências e traz à luz suas memórias e a maneira como dialoga com o passado. A partir da cela da prisão, a mulher produz o seu discurso, elabora o seu balbucio, que embora abafado, ultrapassa as grades e os altos muros. É através do poder de sua voz que ela reivindica o direito à fala, o direito de recontar-se, de falar de si. Neste artigo, analisamos, sob a perspectiva dos Estudos Culturais,

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras da UFGD. *E-mail:* mariabarro@terra.com.br m.br

** Doutora em Teoria e História Literária. Professora adjunta da UFGD.
E-mail: alexandrasantospinheiro@yahoo.co

a história narrada por VB¹, uma mulher negra que cumpre pena em regime fechado. A partir desta análise, propomos uma reflexão sobre o espaço prisional, o direito à fala e o papel da memória nesse processo. Teremos como referências teóricas as identidades culturais em tempos de pós-modernidade com Stuart Hall, as reflexões sobre memória individual e coletiva de Maurice Halbwachs, estudos acerca da subalternidade com Hugo Achugar e Gayatri Spivak, espaço fronteiro e memórias subalternas com Edgar Nolasco, reflexões sobre o papel da mulher propostas por Michele Perrot, entre outros.

Palavras-chave: Subalternidade. Memorialística. Prisão.

Resumen: El silencio y la invisibilidad son las palabras que mejor representan la historia de las mujeres durante muchos siglos. Desde la antigüedad, las mujeres se les impidió hablar, y aún hoy en día, por desgracia, poco aprecia el discurso femenino. En muchas empresas el derecho a expresarse está severamente luchó, severamente castigado. Estas mujeres, vilipendiadas en sus derechos, sigue siendo un solo espacio: la subordinación. En este contexto de subordinación, que habita en el espacio prisión marginal, de la palabra y de apropiarse del derecho a la palabra es un acto de valentía y desafío. En este artículo se analiza el testimonio de una mujer en situación de prisión, que, hasta que no tenían casi todos sus derechos humanos profanados. La narrativa destaca sus experiencias y saca a la luz sus recuerdos y cómo el diálogo con el pasado. Desde la celda de la prisión, la mujer produce su intervención, elaborar su balbuceo, que aunque amortiguado, más allá de los bares y altos muros. Es a través del poder de su voz, que reclama el derecho de expresión, el derecho a volver a contar hacia arriba, para hablar de sí mismos. En este artículo se analiza la perspectiva de los estudios culturales, la historia narrada por VB, una mujer de negro, que está sirviendo en régimen cerrado. A partir de este análisis, se propone una reflexión sobre el espacio de la prisión, el derecho a hablar, y el papel de la memoria en el proceso. Nosotros como referencias teóricas, las identidades culturales en tiempos post-modernos con Stuart Hall, el examen de la memoria individual y colectiva de Maurice Halbwachs, estudios de subordinación con Hugo Achugar y Gayatri Spivak, zona fronteriza y recuerdos subalternos con Edgar Nolasco, reflexiones sobre el papel de la mujer propuesta por Michele Perrot, entre otros.

Palabras-clave: Subordinación. Memorias. Cárcel.

¹ Para assegurar a identidade das entrevistas, optamos por utilizar as iniciais de seus nomes.

Introdução: o direito de recontar-se

Neste artigo, pretendemos analisar, à luz dos Estudos Culturais, a história narrada² por VB, uma mulher negra que está, temporariamente, privada de sua liberdade, cumprindo pena em regime fechado no Estabelecimento Penal Feminino de Rio Brilhante/MS. A partir dessa análise, propomos uma reflexão sobre o espaço prisional como espaço fronteiro e de enunciação.

As constantes mudanças, as incertezas e efemeridades das ideias e das coisas são características dos dias atuais; a velocidade pós-moderna³ é marca do nosso tempo. Essa realidade torna, a todos, seres completamente mutantes e adaptáveis aos espaços necessários para a sobrevivência. Manter uma identidade própria diante de um contexto de globalização e de uma cultura homogeneizante é um desafio constante, que se torna ainda mais difícil quando se está em situação de cárcere, longe de tudo o que lhe é familiar. A privação da liberdade provoca uma enorme angústia e, além dos diversos males decorrentes da prisionalização⁴, ela torna as lembranças um bem de extrema importância e necessidade. Por meio das lembranças, ainda se pode preservar um pouco de si, dentro de um espaço em que a individualidade é rara. Rememorar, falar de si, contar a sua história, estando em uma situação de prisão, às margens, excluído e apropriar-se do direito

² A narrativa é em forma de entrevista, que foi gravada, e procurou elaborar perguntas que permitissem às mulheres percorrerem sua trajetória de vida de maneira reflexiva. As questões, de maneira geral, versaram sobre nascimento, família, autoidentificação e o processo que as conduziu à situação de prisão.

³ Jean-François Lyotard, em sua obra intitulada *O Pós-Moderno* (1986), aborda o conceito de pós-modernidade, que para ele está marcada pela incredulidade diante dos discursos que se pretendem atemporais e universalizantes. A ideia de verdade é constantemente reformulada e seria o resultado da vitória do discurso que melhor convence. O saber estaria, portanto, marcado pela dúvida, desconfiança pela desconstrução, e dessa forma constantemente questionado.

⁴ Por prisionalização, entende-se os valores, as atitudes, bem como os costumes impostos dentro do ambiente prisional e que são aprendidos e assimilados pelos reclusos como uma forma natural de adaptação e de sobrevivência ao rígido sistema prisional, incluindo aí as formas de comer, falar, vestir-se, o que pode variar em diversos níveis, dependendo do tempo de prisão e da aceitação da pena. Essa mudança comportamental, muitas vezes, acontece de forma inconsciente. Mais sobre o tema podemos ver em: BITENCOURT, C. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. São Paulo: Revistas dos Tribunais Ltda., 1993.

à fala é um ato de coragem e de rebeldia. Para Achugar (2006, p. 14), essa manifestação é apenas um fragmento: “Outra coisa não pode elaborar aqueles que falam da periferia ou desse lugar que alguns entendem como espaço de carência”. É desse espaço que a mulher marginal elabora a sua narrativa, manifesta-se por meio de um balbucio.

Para as mulheres, a vida no cárcere e o espaço prisional são ainda mais penosos, afinal, esses ambientes não foram pensados para elas. As cadeias, desde a sua origem, foram construídas para os homens. Ali se encontram, em sua maioria, mulheres negras, pobres, com pouca ou nenhuma escolarização, de todas as idades e que não aceitaram desempenhar os papéis que a sociedade já havia estabelecido. Das mulheres, a sociedade espera que tenham um comportamento pacífico, “[...] estagnante como um belo lago submisso, passiva, amorosa, quieta, instintiva e paciente [...]” (PERROT, 1988, p. 188), nunca se espera que possam ser violentas, frias, estelionatárias ou assassinas. Assim, a mulher, tantas vezes excluída da história⁵, uma vez privada de sua liberdade, é duas vezes segregada, posta em esquecimento. Ao fazer uso da palavra e apropriar-se da força da linguagem, falando de si e compartilhando suas experiências, essas mulheres elaboram o seu balbucio, produzem o seu discurso, a partir das celas da prisão, e “[...] compartilham a experiência da ferida ou da humilhação ou do desprezo” (ACHUGAR, 2006, p. 14). É através do poder de suas vozes, nas narrativas orais, que elas reivindicam o direito à fala.

Os relatos memorialísticos das mulheres em situação de prisão não podem ser analisados fora de seu contexto, visto que a condição de prisão, embora seja temporária, tem as suas peculiaridades. Os estudos⁶ acerca dos ambientes prisionais, permitem afirmar que esses espaços possuem influência direta na vida das apenadas, assim como na maneira de as

⁵ Michele Perrot, ao falar sobre a relação da história com as mulheres, afirma que “Da história, muitas vezes a mulher é excluída” (1988, p. 185), pois a história foi escrita por homens e eles escrevem a história no masculino, e quando falam das mulheres estas aparecem como “meras coadjuvantes”.

⁶ Refere-se a: GOFFMAN, E. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1963, p. 11-48.

mulheres narrarem suas histórias de vida. A história de VB⁷ mostra-nos um pouco das muitas vítimas da violência, da pobreza e da exclusão: hoje, com 25 anos de idade, VB inicia o seu relato relembando sua origem. Ela nasceu em Campo Grande–MS, depois se mudou para uma pequena cidade próxima à Naviraí–MS, cresceu trabalhando e cuidando dos irmãos menores (ela tem 25 irmãos) e seus pais eram trabalhadores rurais “boias-frias”. Desde muito cedo, conheceu a violência: “[...] o meu pai quando ele tomava uma pinga, a vida dele era xingá a gente, então, assim, [...] era bem difícil assim a gente pará pra conversar era mais, quando ele queria pegá pa batê memo”⁸.

Chorando a maior parte do tempo, VB falou⁹ por quase uma hora de sua vida cheia de deslocamentos. Entre as muitas viagens, uma delas a trouxe para o cárcere, para a margem da margem¹⁰.

A prisão torna-se, para essas mulheres, o espaço fronteiro entre a liberdade e clausura. Um espaço de passagem, de um mundo a outro. Uma fronteira viva que delimita, a partir dos altos muros, um novo e sofrido modo de viver. Assim, Palermo (2004, p. 240) afirma:

La idea de de frontera como separación, limite y barrera da paso a outra cuyo sema nuclear cobra valor de “pasaje”, “relación entre elementos diferentes”, puente, colocando em simetria a las culturas periféricas que, de este modo, entran em distintas formas de contacto, ya no solo en su forma dependiente.

Atrás das grades, a palavra fronteira também se reveste de um novo significado, toma outros sentidos, e quem habita esse espaço fronteiro passa a comungar de seus valores e seus dilemas. Ali está a ponte que conflitam autonomia e sujeição, liberdade e dependência. Espaço de diálogo e comunicação entre o estar dentro e o estar fora, “[...] de liminalidad, lugar

⁷ VB foi entrevistada em uma das salas do Estabelecimento Penal Feminino de Rio Brillhante.

⁸ A transcrição das entrevistas procurou ao máximo conservar a fala da entrevistada.

⁹ A entrevista foi gravada e posteriormente transcrita.

¹⁰ Para Achugar (2006, p. 78), a margem equivale à periferia, lugar no qual “[...] não há linguagem, não há boca, não há discurso”. É na margem em que estão os subalternos e excluídos, lugar de carência.

entre-medio, de conflicto y permanente intercambio” (PALERMO, 2004, p. 243). Neste ambiente, refletem aonde desejam estar no futuro. Travam uma luta interior entre o lícito, o ilícito e o entre-lugar na sociedade.

As prisões femininas estão superlotadas de mulheres mães, madras-tas ou mocinhas sonhadoras que se perderam na ilusão do lucro fácil e no desejo de consumir a qualquer custo. Mulheres que desejam fazer parte de um mundo vendido pelas novelas e pelos comerciais de televisão, ambicionando pertencerem ao centro. O cárcere, no entanto, é a realidade. Muitas das mulheres que estão em situação de prisão encontram-se encarceradas devido a situações de violência, de tentativas de saírem de uma condição opressora. Embora muitas vezes tenham escolhido caminhos ilícitos, aquelas que são vítimas da violência aprendem com ela e, por sua vez, tornam-se também praticante dela.

A violência entrou cedo na vida de VB. Em sua infância, lhes foram negados os direitos básicos. Direitos à educação, à proteção e às brincadeiras lhes foram cerceados. Sobre sua infância, ela conta:

Eu, não tive infância, a minha infância foi cuidá deles desde pequena, comecei a cuidá deles, eu tinha sete anos, minha mãe ia trabalhá e meu pai, aí dexava eu tomando conta deles sabe? Aí a nossa pia era um tambor de lata [riso nervoso] cortado no meio pa podê fazê uma pia, ali eu lavava a roupa, cozinhava no fogão à lenha pra eles [...].

Ainda que nossas leis proibam essas práticas, não é raro vermos situações semelhantes a esta. Ao invés de brincar, estudar e receber a proteção dos seus responsáveis, a realidade de VB era outra, cercada de responsabilidades e privações. Ainda na infância, ela conheceu o que é fazer parte da estatística de crianças que, por diversas razões, são obrigadas ao trabalho ainda em idade escolar. O trabalho infantil impõe um custo social bastante alto, uma vez que, ao dedicar-se ao labor, a criança deixa de frequentar a escola, e, dessa forma, seu grau de escolarização fica prejudicado. Sem essa escolarização, as chances de se conseguir um trabalho que lhe garanta melhores condições de vida e de desenvolver suas potencialidades

intelectuais também não são possíveis. Ela precisa agir e pensar como adulta. Sua maturação é acelerada, sem que ela tenha opção de escolha.

A ausência do acesso pleno aos direitos fundamentais levou VB por caminhos adversos. Quando criança, lhe ofereceram álcool como remédio para bronquite, e essa prática transformou-se numa dependência. Quando, aos 10 anos de idade, passou a frequentar a escola, já era uma dependente do álcool: “Ah, nessa época foi duro, né, porque daí eu já sabia tomá pinga porque falaram pro meu pai que conhaque era bom pra sará bronquite, e, nesses bom pa sará bronquite eu virei alcoólatra [risos]”. O acesso ao sistema de saúde, com condições de sanar seu problema também é inexistente.

Podemos afirmar que a trajetória de VB é uma constante batalha, mas parece que ela não se reconhece como sujeito de direitos. Assim, ao ter acesso ao direito à fala, ela tem também a oportunidade de usar a sua voz para falar de si, trazer presente as suas memórias. Tem o direito de recontar-se. Ser, através das palavras, aquilo que ela sente que deve. Uma nova identidade nasce junto com a sua narrativa. Ainda que essa nova identidade seja fragmentada e contraditória, marca da pós-modernidade, VB assume-a como parte de si. Sobre as identidades fragmentadas, Hall (2005) defende que, nesses tempos de crise, de incrível mobilidade e descentramento do sujeito, a compreensão das identidades deve ser pensada como um processo móvel, que vai se construindo à medida que encontra algo com o qual se identifica. Assim:

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. [...] À medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcentrante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2005, p. 13).

As identidades, tendo como agravante a situação de privação da liberdade, ficam à deriva, a espera de um exemplo, um modelo ao qual se

ajustar, considerando as experiências do passado e a nova realidade que a cerca. É neste contexto descentrado e fragmentado que VB apropria-se dos seus direitos e edifica para si uma identidade.

A história das mulheres: entre silêncio e invisibilidade

Dois caminhos metodológicos marcaram a presente pesquisa: a de campo e a hermenêutica. Em uma sala de ambulatório da penitenciária, gravamos os relatos das mulheres que estão matriculadas na escola do estabelecimento. A delimitação ocorreu por dois motivos: primeiro, foi um pedido da delegada e, em segundo lugar, porque seria impossível ouvir as mais de 90 mulheres em situação de prisão que dividem espaços entre as seis celas. As gravações são transcritas, sempre preservando a oralidade das narradoras. A hermenêutica, por sua vez, contribui para interpretar as vozes daquelas que falam por fragmentos.

A objetivação do discurso, numa obra estruturada, não suprime o traço fundamental e primeiro do discurso, a saber, que é constituído por um conjunto de frases onde alguém diz algo a alguém a propósito de alguma coisa. A hermenêutica, como vimos, permanece a arte de discernir o discurso na obra. Mas esse discurso não se dá alhures: ele se verificar nas estruturas da obra e por elas. (RICOEUR, 1977, p. 52).

Enquanto narra, VB defende seu ponto de vista a tudo que viveu, sofreu e ouviu.

No momento em que a mulher se apropria da narrativa, externando seu ponto de vista, passa sobre a história silenciada e instituindo um espaço de resistência contra as formas simbólicas de representação por meio da criação de novas formas representacionais. Dessa maneira, as mulheres promovem uma ruptura com a tradição da cultura patriarcal, por meio da utilização de um discurso do qual emerge um novo sujeito com outras concepções sobre si mesmo e sobre o mundo. (ZINANI, 2006, p. 30).

Ao se autorrepresentar, a mulher descortina a sua maneira de olhar para o mundo e de estar no mundo. VB, ao receber o direito de contar a sua história, torna-se a porta-voz de sua própria história. Rememorar, nesse caso, significa a possibilidade de superar os discursos do passado e de se situar no presente:

A memória acaba quando se rompem os laços afetivos e sociais de identidade, já que seu suporte é o grupo social. É este que permite a *reconstrução de memórias*, pois quem desaparece é o indivíduo e não o grupo. Essa dimensão social da memória e da identidade explica também por que não podemos considerar identidade como um dado pronto, um produto social acabado; ao contrário, a identidade tem que ser percebida, captada e construída e em permanente transformação, isto é, enquanto processo. Logo, a identidade pressupõe um elo com a história passada e com a memória do grupo. (FELIX, 1998, p. 42).

Rememorar é, portanto, uma forma de se reconstituir. O sujeito que rememora tem a maturidade do tempo e do olhar daquele que já não é mais o sujeito do passado. Na voz de VB, a memória é o ponto de partida para representar os acontecimentos que lhe levaram à prisão. Ao mesmo tempo, rememorar contribui para que ela compreenda as atitudes de seus genitores e para que se perceba, também, como sujeitos de múltiplas identidades.

É por este viés de abordagem da memória que o artigo *Memórias de mulheres em situação de prisão: pelo direito de narrar* é construído. Como objetivo principal, busco analisar como a memória é recuperada e acolhida pelas mulheres em situação de prisão e a importância delas em sua trajetória de vida. Com os resultados, espero contribuir para uma reflexão sobre o modo como a mulher, privada de liberdade, fala de si, rememora o seu passado e como essa prática influencia em sua vida atual.

O silêncio e a invisibilidade poderiam ser as palavras que melhor representariam a história da mulher no decorrer de muitos séculos. Michele Perrot (1989, p. 9) afirma que “No teatro da memória, as mulheres são sombras tênues”. Em outras palavras, a narrativa histórica põe mais ênfase em espaços pouco ocupados por mulheres, e quando estas aparecem, são

apenas como meras alegorias. Assim, no cenário político ou entre conflitos e batalhas, não há espaço para mulheres. Quando se aborda a presença das mulheres, elas

[...] se inserem como ornamentos, estritamente disciplinadas pela moda, que codifica suas aparências, roupas e atitudes, principalmente no caso das mulheres burguesas cujo lazer ostentatório tem como função mostrar a fortuna e a condição do marido. [...] quanto às mulheres do povo, só se fala delas quando os seus murmúrios inquietam no caso do pão caro, quando provocam algazarras contra os comerciantes, ou contras proprietários, quando ameaçam subverter com sua violência um cortejo de grevistas. (PERROT, 1989, p. 10).

No decorrer desse tempo, a história pouco mudou. Para muitos homens, posicionar-se ao lado da imagem de uma bela mulher, com joia e vestida com roupas caras, ainda é demonstração de poder e prestígio social, o que nos revela o quanto pouco amadureceu desde “as França’s” do século passado até os dias atuais. Desde sempre, só há um espaço para elas: o espaço da subalternidade.

Ao abordar o conceito da subalternidade, Gayatri Chakravorty Spivak, em *Pode o subalterno falar?* (2010), utiliza o termo “subalterno” referindo-se a grupos marginalizados, que, por força de sua condição social, não possuem voz ou representatividade e permanecem fora do contexto de globalização. A pesquisadora sustenta que a condição do subalterno é a do silêncio e, por isso, necessita de alguém que fale por ele, pois “[...] subalterno é sempre aquele que não pode falar, pois, se o fizer, já não o é” (SPIVAK, 2010, p. 275). A realidade indiana que cerca Spivak é a de mulheres completamente posta à margem, subalternas. Em um contexto de dominação colonial e masculina, em que elas não têm história, nascem e morrem, vivendo na invisibilidade das sombras. As mulheres subalternas de Spivak não falam, não balbuciam.

Para o ensaísta e crítico uruguaio Hugo Achugar (2006), o subalterno é o sujeito periférico e marginalizado que tem a sua fala abafada e que, quando verbalizada, sai em forma de um balbucio. Essa minoria que teima em balbuciar se torna subjugada e subvertida. Saber do lugar a partir de

onde esse balbucio é construído é tão necessário quanto compreender essa experiência subalterna. O balbucio é a forma de diferenciar-se do “centro”, e ele só será ouvido quando for reivindicado como um orgulho e uma manifestação da diferença.

Achugar (2006) considera o subalterno como os planetas sem boca de Lacan¹¹, que não falam, não ouvem e não enxergam, não possuem valor algum, e por esse motivo devem ser ignorados. A situação periférica desse indivíduo é parte integrante de sua existência, e ouvir o grito do silêncio, o balbucio produzido por ele é condição básica para compreender a questão de marginalização na qual é colocada a cultura latino-americana. O subalterno de Achugar, nesse ponto, difere do subalterno de Spivak, “que não fala, que é falado pelos outros”. Para Achugar (2006), esses subalternos estão em um tempo que não é o deles (anacronismo), e em um lugar que não é o deles.

Excluídos, longe dos “grandes centros culturais”, recebem apenas os restos, e são condenados a reproduzirem cópias de seus colonizadores. É urgente quebrar esse ciclo, vencer a indiferença com a qual as produções locais são vistas, valorizar o próprio, e não apenas o alheio, que reproduz o discurso que domina e exclui. Segundo o crítico uruguaio, a memória, a posição e a localização daquele que balbucia resulta na construção de sua identidade individual, bem como na construção do seu discurso. Dessa forma, “O sujeito social pensa, ou reproduz conhecimento, a partir de sua ‘história local’, ou seja, a partir do modo que ‘lê’ ou ‘vive’ a ‘história local’, em virtude de suas obsessões e do horizonte ideológico em que está situado” (ACHUGAR, 2006, p. 29). Com base nas afirmações de Achugar, ressaltamos a importância de ouvir e analisar as narrativas por detrás das grades, considerando a história local de cada narradora. No caso deste texto, a narradora é VB.

¹¹ Para Lacan, as feras, quando aprisionadas, com o passar do tempo passam a ter um comportamento definido por seu alçoz, fazendo aquilo que se esperam delas: não rugem, calam-se e ficam tranquilas, assim como os planetas sem boca, que ficam a mercê da gravitação do universo, sem desejos e desprovidos de qualquer expressão. Mais sobre esse assunto, podemos ver em *O Seminário – Livro 2 – O Eu na Teoria de Freud e na Técnica da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

Quando a jovem de 25 anos entrou no ambulatório para dar a entrevista, ela estava nervosa, as mãos entrelaçadas, a cabeça baixa. Procuramos acalmá-la e lembramos que, naquele momento, nós éramos pesquisadoras que tinham escolhido como tema de dissertação de mestrado analisar as histórias de vida de mulheres em situação de prisão. Lemos as perguntas que norteariam a conversa e perguntamos se ela realmente aceitava narrar a sua trajetória. VB sentou-se e disse estar pronta para falar. A jovem, de pele morena, tem várias tatuagens pelo corpo, e a que chama mais a atenção são as letras tatuadas ao longo de um de seus braços: trata-se da inicial dos nomes de seus 25 irmãos, inclusive do bebê que nasceu morto. Para enterrar este último filho de seus pais, VB tentou entrar em um presídio masculino com drogas, motivo pelo qual cumpre pena em Rio Brillhante.

Antes de iniciar a transcrição da entrevista, apenas uma cena na história de VB estava viva em nós: o episódio em que foi, aos quatorze anos, violentada por dois homens indígenas. Ao contar para a família sobre o fato, ao expor o seu sofrimento decorrente da brutalidade da qual foi vítima, sua voz foi ignorada, tal qual um planeta sem boca, que já não tem mais desejos, à mercê da gravidade. Mesmo diante do seu balbúcio, ninguém deu-lhe crédito: “[...] eu falava pro meu pai e ele não acreditava, pensava que a culpa era minha, aí eu saí da escola, e fui embora pro mundo, aí voltei depois de grande”. Apesar do pouco afeto e da falta de segurança que vivenciava em casa, ela narra ao pai a violência sofrida. Vítima de sua própria história e de suas inseguranças, aquele que deveria estar preparado para defender a filha a abandona.

É importante reforçar que VB representa uma fala que não consegue ser ouvida, suas palavras não alcançam eco, é desprovida de qualquer valor. Embora ela fale, ninguém a ouve. Seu *lôcus* de enunciação é o de uma menina pobre em meio a uma família com pouquíssima instrução e interesse com o que se passa com ela. A construção do seu discurso, nesse momento, se dá a partir de um episódio traumático, violento, que lhe marcou para sempre. Tanto a violência quanto a falta de acolhida influenciam na formação de sua identidade, assim como nas escolhas de seus atos.

Cenas de injustiças marcam a narrativa desta mulher em situação de prisão. Antes da violência sexual sofrida aos quatorze, lembra-se de uma das surras que levou dos pais:

Uma vez a minha irmã tava brincando com uma lamparina, que na época num tinha energia, né? Aí, eu tava lavando roupa, e, naquela época a gente puxava água no poço, aí ela acendeu a lamparina, e, tacho fogo no cabelo dela assim, e sabe, queimo um lado do cabelo, e eu num vi, como que eu ia cuidar dela e puxar água para mim lavar roupa? Aí ele pegou e me bateu, pensando que eu que tinha tacho fogo no cabelo dela, aí ele me bateu por causa disso (VB, entrevista em 29 de junho de 2014).

A narrativa acima faz visualizar uma criança com inúmeras responsabilidades: puxar água do poço, lavar roupa e ser a cuidadora da irmã mais nova. As responsabilidades de gente grande, entretanto, não davam a ela o direito à fala: o pai julgou e puniu. À filha coube justificar a injusta surra recebida do pai. A voz que traz à luz as memórias esquecidas é a que por muito tempo foi silenciada, subalternizada, impedida de falar. Para Nolasco (2012, p. 137), “[...] as memórias subalternas trabalham no sentido de apagar qualquer traço, qualquer símbolo, que teima em resistir ao tempo e representa-las ao outro”. Como resultado, elas são esquecidas, destruídas em prol de um imaginário subalterno e de uma “grande memória nacional”. Embora isso possa acontecer, também é possível manter, ainda que reprimidas, outras memórias e narrativas.

Assim, “[...] as narrativas não nascem apenas dos esquecimentos arquivados na consciência subalterna, como também das memórias outras, enterradas vivas. Sempre-vivas, sempre-mortas, as memórias subalternas exumam sua sobrevida” (NOLASCO, 2013, p. 137-138). Essas memórias podem, a qualquer momento, irromper em novas histórias, em novas vozes, esperando apenas o momento e o espaço necessários para serem ouvidas, para sobreviverem, assim como afirma Nolasco (2013, p. 140):

As memórias subalternas não nascem, nem morrem; elas *sobrevivem*. Daí elas se encontram numa condição de des-conhecimento

permanente no presente futuro. É a tarja imperial, a campa moderna, que precisam ser retiradas de cima do corpo enterrado vivo para que as memórias sejam des-cobertas, revelando ao outro suas histórias locais esquecidas.

A condição de subalternidade confere a essas memórias o poder de estarem presentes e ausentes ao mesmo tempo; embora esteja a maior parte do tempo no esquecimento, sabemos que elas estão lá. Ao refletir sobre as memórias subalternas na região *fronteriza*, o autor conclui que “[...] todas as famílias, todos os povos, todos os lugares, todas as fronteiras, inventam suas memórias de vida, suas memórias de morte, suas memórias de sobrevivência” (NOLASCO, 2013, p. 142). Acreditamos, também, que as mulheres em situação de prisão, ao narrarem suas histórias de vida, constroem para elas suas memórias. Portanto, VB, ao rememorar suas desventuras, corre atrás de seus arquivos, de suas lembranças, que ficaram guardadas em algum canto do seu passado. Narrando, constrói um sentido possível para si e fala de seus sonhos:

Ah, eu queria que a minha família fosse normal, igual as outras, que num dia de natal, ou qualquer dia, assim, pudesse toda a família sentá e conversá, perguntá como foi o dia do outro, ou simplesmente, conversar por conversar, mas na minha casa não, sempre quando havia uma festa, alguma coisa, lá vinha o meu pai xingando, aí era assim, sabe, pra mim, um simples gesto dele mudaria tudo, mas não, ele só queria batê e matá, sempre assim meu pai. [...] Meu pai tem 62 anos. Graças a Deus agora ele mudo, ele é uma pessoa que senta, conversa (VB, entrevista em 29 de junho de 2014).

Mas VB não está mais lá para desfrutar da mudança de um pai que hoje senta e conversa. Depois que saiu de casa, com quatorze anos, a jovem viveu sozinha. Ao contar, constrói dois lares: aquele que ela experimentou, de brigas e falta de diálogo; e aquele no qual ela gostaria de ter vivido. O “sempre assim meu pai” vem acompanhado de um “ele mudo”. VB não recebe visitas e, portanto, parece criar, hoje, a imagem de um pai que ela desejou ter, ainda que não tenha convivido com este pai ideal. Sem dúvida,

as memórias e narrativas das mulheres em situação de prisão conduzem a uma reflexão mais profunda:

O estudo crítico das memórias outras, da perspectiva da subalternidade, permite reverter a situação vivida dos sujeitos subalternos e, por conseguinte, seu lugar dentro da discussão crítica contemporânea. Permite, por conseguinte, teorizar a importância da cultura, das memórias e das sensibilidades dos sujeitos subalternos para e no mundo moderno, revertendo, inclusive, seu posicionamento dentro desse projeto. (NOLASCO, 2013, p. 153).

A memória, não importando sua origem, é capaz de exumar qualquer impressão, basta que ela seja estimulada e, embora possa não ter uma história ou uma longa tradição, ela sobrevive em meio aos esquecimentos. Mesmo silenciada, ou enterrada viva, mantida atrás das grades, calada por força da lei, basta apenas ser descoberta, para vir à tona em forma de diversas narrativas orais ou escritas, o que faz repensar o lugar dessas pessoas nessa perspectiva. Ao narrar, essas mulheres assumem a condição de testemunhas de suas histórias.

O testemunho, vale lembrar, é um dos principais objetos para a reflexão crítica e exerce atração, não apenas por sua dimensão literária, mas também pelo fato de que a leitura ou a escuta de um testemunho possibilita ao leitor o encontro com o “[...] sublime suavizado: a zona intermediária em que o literário rompe-se em algo mais que, não é tanto o real, quanto a sua possibilidade inesperada” (MOREIRAS, 2001, p. 254). Essa possibilidade coloca o leitor/ouvinte em contato direto com o âmago da experiência testemunhal. Ter acesso a esse centro, encontrar e conhecer o mais verídico possível e deparar-se com a essência do relato atrai o leitor/ouvinte. Embora os relatos testemunhais muitas vezes introduzam vozes subalternas e oprimidas, eles importam por sinalizar uma nova forma discursiva para os sujeitos alternativos de enunciação. Contribuí, portanto, com a política identitária latino-americana. Os sujeitos testemunhais apontam para si, como vozes a serem ouvidas, carentes de atenção, e para o seu testemunho como denúncia a ser propagada.

Alberto Moreiras (2001) propõe uma reflexão sobre o testemunho a partir do livro *Rigoberta Menchú and the Story of All Poor Guatemalans*, escrito por David Stoll (1999). Ao analisar a história de Rigoberta Menchú,¹² estabelece relação com o livro “*Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia* (Me chamo Rigoberta Menchú e assim me nasceu a consciência), escrito por Elisabeth Burgos (1982-1983). Stoll analisa o mérito literário e a alegação de verdade procedente do testemunho. Restou para Stoll afirmar que o texto de Debray possui um valor literário, e não uma verdade textual. Na esteira de Stoll, Moreiras (2001, p. 250) aponta que “[...] a vantagem da crítica literária é não precisar dar tanto valor à verdade histórica do texto: a verdade de um texto literário é a sua topologia ou a sua ficcionalidade”. Prender-se à verdade histórica em um texto literário não é o papel da crítica, antes é ater-se ao uso e às diversas funções das linguagens presentes na narrativa, bem como ao caráter ficcional que ela possui. Nesse sentido, o testemunho presente na narrativa oral de VB não deve ser percebido pela veracidade histórica presente nos fatos apresentados. O mais importante, ou mais relevantes, antes, é a riqueza de sua construção por meio da linguagem.

Em latim, a palavra testemunho possui dois significados: *testis*, aquele que se põe como terceira pessoa, que, entre duas pessoas, se coloca como conciliador; e *superstes*, ou seja, aquele que passou por uma experiência e pode falar sobre ela, testemunhá-la (VECCHI, 2001, p. 78). Há também relações com a palavra memória, em grego, e testemunha passa a significar *martis*, da qual deriva *martirium*: a morte dos cristãos que testemunhavam a fé em Cristo. *Martis*, por sua vez, também se relaciona com o mesmo verbo para recordar. Logo, semanticamente, podemos afirmar que a testemunha é o sobrevivente que não pode deixar de recordar (VECCHI, 2001, p. 78).

As narrativas testemunhais ganharam um grande espaço depois da

¹² Ativista guatemalteca e prêmio Nobel da Paz em 1992, pela sua luta em defesa dos direitos humanos, em especial dos povos indígenas.

Segunda Guerra Mundial. Por meio delas, a testemunha é revestida de autoridade para narrar o que viveu. Trata-se de alguém que passou pela história como parte e centro dela, e, dessa forma, Vecchi (2001, p. 76) aponta para a condição moderna da perda da distância entre a testemunha e o evento que dela fez parte; um está vivamente entranhado no outro. Só não pode testemunhar aquele que não conheceu, não participou da experiência no passado. Por outro lado, também não testemunha aquele que se emudece perante a barbárie, em que a brutalidade é tamanha e, as palavras, insuficientes para representar a realidade vivida, como nos afirma Primo Levi (1998, p. 23): “Então pela primeira vez apercebemo-nos de que à nossa língua faltam as palavras para expressar esta ofensa: a demolição de um homem. Em uma fração de segundo, com intuição quase profética, a realidade se revelou para nós: chegamos ao fundo”.

O silêncio diante da contemplação do sofrimento é a imagem mais eloquente, mais fértil e que grita tão alto quanto o próprio testemunho. Fragilizada em sua angústia, VB confidencia: “O quê que aconteceu? Comecei a me prostituí, sabe? Pra tentá dá o que eles precisavam, porque eu não queria que eles passasse o que eu passei ... [choro]”. VB não tem filhos, o “eles” remete aos tantos irmãos menores que necessitavam de comida, roupa e proteção, tudo aquilo que lhe foi negado. A pergunta feita por ela “O quê que aconteceu?” parece sintetizar a justificativa para que VB buscasse, na prostituição, os recursos necessários para evitar que os irmãos menores trilhassem o mesmo caminho. Em seu testemunho, está a expressão viva daquilo que Primo Levi também foi vítima: chegar ao fundo.

O desejo de proteger os irmãos menores foi algo aprendido desde a infância. Aos sete anos, assume a condição de dona de casa e de segunda mãe: lavar, limpar, cozinhar e levar para a escola. Enfim, uma criança travestida de mulher, que não cultivou uma relação de irmã, mas de segundo mãe: “aí quando dava sete hora eu levava pa escola, então meu relacionamento com eles não foi tanto de irmão pra irmão, foi como se fosse uma segunda mãe” (VB, entrevista em 29 de junho de 2014).

Para Vecchi (2001), o centro da narrativa é o ato de testemunhar e de elaborar a própria representação dos fatos que marcaram determinado indivíduo. O que ele narra possui importância secundária, atendo-se ao ato de “como” escrever uma nova história. Portanto “[...] é o ato de testemunhar que se torna testemunho” (VECCHI, 2001, p. 93). A ética, nesse sentido, se constitui condição fundamental para a testemunha não cair no risco do revisionismo. A memória, que pode ser considerada como “[...] uma síntese fragmentária, uma colagem de cacos do ocorrido [...]” (VECCHI, 2001, p.86), põe-se em diálogo com o esquecimento, reelaborando o passado que será testemunhado.

Controlar a memória e elaborar maneiras de suprir as lacunas decorrentes do esquecimento requer da testemunha auxílio para narrar a sua experiência. As lembranças da infância narradas por VB também podem ser consideradas uma colagem de fragmentos. Em meio aos acontecimentos ruins, surge a imagem de uma avó que contava história: “Lembro da minha finada avó. A vida dela era contá história de quando morava na Bahia”. Ao se recordar da avó e de suas histórias, destaca a sua condição identitária: “[...] é assim, a minha família é toda misturada, índio, baiano, mineiro, é uma mistura, sabe?”. VB é o exemplo do sujeito fragmentado, aquele que se representa como um ajuntamento de identidades. Dos adultos que acompanharam a sua vida, a avó foi a mais solidária, aquela que compartilhava o que sabia: “[...] ela sempre contava do pai dela, das comida que ela aprendia a fazê naquelas tacha de barro, várias coisas assim, que marcô a vida dela e que ela aprendeu ela ia contando pra gente. Aí pra mim e pros meus oito irmão que ela contava”.

Mas a imagem positiva da avó cede rapidamente espaço para outras recordações: alcoólatra aos dez anos, por iniciativa do pai que decidiu tratar a bronquite da filha com pinga; reprovações na escola: “[...] eu num era grande, mais também num era tão nova pa ta no meio das criança de sete, oito anos, criança pequena e eu no meio delas, aí ficaram me zoando”; e, por fim, expulsa da sala de aula aos dez anos por ser flagrada bebendo pinga. É interessante destacar que, enquanto narra, VB não demonstra raiva e não culpa ninguém. Todas as cenas são, de certa maneira, justificadas: o

pai lhe deu pinga por sugestão de amigos que afirmaram ser um remédio para curar bronquite. Os colegas da escola riam dela porque ela era muito grande e porque, geralmente, chegava bêbada na sala de aula. Esta jovem, que chorou a maior parte do tempo, tenta compreender aqueles que lhe impediram de ter uma infância tranquila e, em nenhum momento, tece qualquer julgamento sobre eles.

As memórias da vida adulta também aparecem como cacos, páginas de uma vida em busca da si. A segurança e o afeto que faltavam em casa foram buscados na igreja, primeiro na católica, depois “na igreja de crente”, como ela mesma se refere. Durante o tempo em que participou da igreja, aprendeu a tocar violão e teclado e participou do coral. Apesar de todo o envolvimento religioso, os aspectos negativos de sua vida a fazem desistir: “[...] foi aonde eu me levantei, que, nada que eu fazia dava certo, aí eu falei: Ah, vô pro mundo, então, já que num dá certo”. Aqui há algo que merece muita atenção: quando criança, apesar de assumir todas as responsabilidades da casa e o cuidado com os irmãos, VB não era valorizada. Na adolescência, busca na igreja o refúgio para uma vida tranquila, mas também ali não encontra. O “nada que eu fazia dava certo” pode ser percebido como o desabafo daquela que lutou para não seguir a trajetória que lhe levaria para a situação de prisão:

Aí, foi aonde que comecei a usá droga, aí coloquei piercing, fiz tatuage, cortei meu cabelo, que meu cabelo era bem grandão, e, voltei, parei pra olhá pra trás e, falei, mais nada do que eu fiz até hoje deu certo, não deu certo, e, eu não vejo futuro, vô dexá a minha vida me levá então [...]. (VB, entrevista em 29 de junho de 2014).

A vida, entretanto, levou VB a repetir as mesmas situações que marcaram a sua infância: casou-se com um homem violento: “[...] mas só que daí esse marido meu me lembrava o meu pai [...]”, apanhou muitas vezes e, por fim, o trocou pela rua novamente. Na rua, a prostituição pagava suas drogas e possibilitava a compra de roupas e comida para os irmãos menores. A jovem, que não tem filhos, nutre o desejo de “[...] sê pdagógica, aquelas pessoa que cuida de criança, porque eu gosto de cuidá de criança,

por mais que eu cuidei de várias eu gosto de criança, era isso”. A capacidade que VB demonstra de amar e perdoar não parece ser reconhecida por aqueles que ela preza tanto:

E: Se eu perguntasse pra tua mãe: o que você pensa da sua filha V.?

O que você acha que a sua mãe me responderia?

VB: Acho, que no momento, vergonha, né? Creio que sim.

E: Ela veio te visitar?

VB: Não.

E: E o teu pai?

VB: Também não.

E: E seus irmãos?

VB: Meus irmão é tudo pra mim.

E: Eles vêm te visitar?

VB: Não. Nem minha mãe, nem meus irmão, num vem ninguém me visita (VB, entrevista em 29 de junho de 2014).

No ato de olhar para trás, rever o passado e rememorar a própria trajetória, VB decide não reivindicar de ninguém o reconhecimento de seus sentimentos. Na realidade, ela não se julga merecedora de amor e de uma vida digna. Responsabiliza apenas a si mesma por suas escolhas e não demonstra ter muitas expectativas para o futuro. Quando perguntamos se deseja ter filhos, contesta de maneira rápida e segura: “[...] por que como que eu vô querê dá, assim, um exemplo, se eu tivé uma filha? Minha filha não faz isso, como que você vai falá pra mim se você já aprontô coisa pior do que eu? É difícil né?”. A família é o tema mais retomado por VB. Ao ser perguntado sobre algum sonho que gostaria de realizar, a jovem, mais uma vez, recupera a difícil infância que teve. Dessa infância, destaca como desejo aquilo que não experimentou: “[...] eu queria que a minha família fosse normal, igual as outras, que num dia de natal, ou qualquer dia, assim, pudesse toda a família sentá e conversá, perguntá como foi o dia do outro, ou simplesmente, conversar por conversar”.

Nos despedimos de VB sabendo que, no dia seguinte, novamente estaria na penitenciária, na condição de técnica penitenciária. Entretanto, ter acompanhado seu processo de rememorar, oportunizou-me conhecê-la

para além do número que VB representa naquele espaço. Sem julgar e sem ser julgada, a jovem “falou” de si, reconheceu-se e se autorrepresentou. A voz de VB merece ser reproduzida porque, ao falar de si, fala de um grupo de mulheres a quem, nem sempre, são dadas possibilidades de escolhas.

Palavras finais

Ao analisar a narrativa de VB, uma mulher em situação de prisão, e refletir sobre a presença da memória e também do valor que há em seus testemunhos, como possibilidade latente do real, posso concluir que o “olhar falido” de Achugar (2006) toma todo o seu sentido: pessoa não considerada cidadã pela sociedade de consumo, descartável, que se emudece diante da barbárie: “[...] tudo pra ele era motivo de batê, até uma vez ele quase mato minha irmã do meio, a Camila, inforcada. Não sei porque [...]” O seu ócio é fruto de um “não ter trabalho”, não ser aceita. Posta de lado, aonde não atrapalhe ou incomode, longe dos olhos, mirando vagarosamente a modernidade que passa veloz, tecnologias que nunca se cansam de se inovar. Atrás das grades, de onde balbucia e testemunha a sua vida, o seu olhar *voyeur* se junta a tantos outros: subalternos, planetas ao dispor da gravidade.

Em contraposição, na condição daquela que tem o direito à fala, VB chora durante toda a entrevista. No processo de rememorar, reconhece a sua trajetória e a pressão que lhe impulsionou ao cárcere: família desestruturada, infância interrompida, alcoolismo, estupro. Caminhar por cada um desses dramas não pareceu ser uma tarefa fácil. Ela chora, portanto, por reconhecer aquilo que não teve e se culpabiliza por aquilo que não deu aos seus irmãos e aos seus pais. Com esta confusão de sentimentos, a testemunha já não deseja mais outras caminhadas, prefere estar em situação de prisão, protegida de todas as armadilhas que ela tão bem experimentou ao longo de seus 25 anos de vida. A voz de VB que conduziu o presente artigo, portanto, nada mais justo que as últimas palavras também sejam dela:

Agora aqui não, agora minha mãe sabe que aqui eu tô bem, que eu sempre mando carta pra ela, falando: Oh, aqui eu tô bem, eu tenho

médico, vô na escola, vô até na religião, que, a senhora não precisa se preocupá que aqui eu como, durmo, quando eu tô doente me mandam pó hospital, daqui eu só vô saí pra ir embora (VB, entrevista em 29 de junho de 2014).

Referências

ACHUGAR, H. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Trad. de Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

_____. Culpas e memórias nas modernidades locais: divagações a respeito de “O flâneur” de Walter Benjamin, In: SOUZA, E. M. de; MARQUES, R. (Org.). *Modernidades alternativas na América Latina*. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p. 14-31.

BHABA, H. k. *O local da cultura*. Trad. Myriam Avila, Eliana Loureiro de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BERGSON, H. *Matéria e memória*. Trad. de Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BITENCOURT, C. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1993.

FÉLIX, L. O. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LEJEUNE, P. Definir autobiografia. In: MORÃO, Paula (Org.). *Autobiografia*. Auto-Representação. Lisboa: Colibri, 2002.

LEITE, E. F. *Aquidauana: a baioneta, a toga e a utopia, nos entremeios de uma pretensa revolução*. Dourados, MS: UFGD, 2009.

LEVI, P. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LYOTARD, J.-F. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MIGNOLO, W. D. *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MONDAINE, M. *Direitos humanos no Brasil contemporâneo*. Recife: UFPE, 2008.

- MOREIRAS, A. *A exaustão da diferença: a políticas dos estudos culturais latino-americanos*. Trad. Eliana L. Lima e Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- NOLASCO, E. C. *Perto do coração selbaje da crítica fronteiriza*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.
- PALERMO, Z. De fronteras, Travesías y Otras Liminalidades. In: COUTINHO, E (Org.). *Elogio da lucidez*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. Denise Bottmam. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- RICOEUR, P. *Interpretação e Ideologias*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1977.
- SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goular Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORI, M. D. (Org.); BASSANEZI, C. (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997, p. 362-400.
- THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992
- VECCHI, R. Barbárie e representação: o silêncio da testemunha. In: PESAVENTO, S. J. (Org). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: UFRGS, 2001, p. 71-94.
- ZINANI, C. J. A. *Literatura e gênero: a construção da identidade feminina*. Caxias do Sul-RS: Edusc, 2006.